

# GOVERNO BRASILEIRO E DISCURSOS EDUCACIONAIS NO INSTAGRAM: CONSTRUÇÕES DE POLÍTICAS DE IN/EXCLUSÃO.

Roseli Belmonte Machado, Sandro Faccin  
Bortolazzo y Isabela Dutra.

Cita:

Roseli Belmonte Machado, Sandro Faccin Bortolazzo y Isabela Dutra  
(2024). *GOVERNO BRASILEIRO E DISCURSOS EDUCACIONAIS NO  
INSTAGRAM: CONSTRUÇÕES DE POLÍTICAS DE IN/EXCLUSÃO. III  
Congreso Internacional de Ciencias Humanas. Escuela de Humanidades,  
Universidad Nacional de San Martín, Gral. San Martín.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/3.congreso.eh.unsam/290>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/esz9/Vrn>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso  
abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su  
producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite:  
<https://www.aacademica.org>.*

# GOVERNO BRASILEIRO E DISCURSOS EDUCACIONAIS NO INSTAGRAM: CONSTRUÇÕES DE POLÍTICAS DE IN/EXCLUSÃO

Roseli Belmonte Machado - UFRGS/PPGEDU

Sandro Faccin Bortolazzo - UFPEL/PPGE

Isabela Dutra - CAF/SEDUC/RS

## INTRODUÇÃO À PESQUISA

O Governo brasileiro, que assumiu o poder executivo em 1º de janeiro de 2023, tem buscado formas de honrar seus compromissos - delineados na campanha eleitoral. Por um lado, tais situações se materializam nas ações realizadas e, por outro, se disseminam para o público brasileiro via diferentes canais de informação. Um dos canais escolhidos para mostrar as ações e levar informações à população das realizações governamentais é a rede social Instagram. Trata-se de uma ferramenta de comunicação entre o Governo Federal e a população que tem ganhado relevância nas redes sociais como meio de comunicação institucional. Ademais, destaca-se as formas como essas plataformas moldam percepções. Em um cenário onde a informação se dissemina rapidamente, a mediação via Instagram tem se consolidado como um dos meios utilizados pelos governos para construir narrativas.

Atentos a essa disseminação de informações do Governo Federal brasileiro, em especial àquelas que abordam a Educação, este estudo tem o objetivo de problematizar os discursos produzidos no atual governo brasileiro, iniciado em 2023, sobre Educação, compreendendo os processos de in/exclusão adjacentes.

## REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de viés analítico sob a perspectiva pós-estruturalista, considerando o papel das categorizações e divisões estabelecidas pela linguagem e pelo discurso (SILVA, 1994). A análise dos dados foi realizada com base no referencial teórico de Michel Foucault, com destaque aos conceitos de discurso e governamentalidade. Sobre discurso, compreende-se que os discursos que circulam em uma determinada época não são naturais, eles foram historicamente constituídos e passaram a integrar a agenda social, econômica, política e pedagógica através de um jogo de saber-poder-verdade que estabelece determinados regimes discursivos, os quais conduzem os indivíduos a agir de determinadas maneiras (VEIGA-NETO, 2006). Nessa esteira de pensamento, o uso do conceito de governamentalidade como lente corrobora na compreensão das estratégias e tecnologias de poder que se desdobram dentro de um modo atual de condução de condutas, de governo dos outros e de si, um "conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança" (FOUCAULT, 2008, p. 143). Um modo de compreender como estamos sendo governados/conduzidos e quais táticas e tecnologias de poder são lançadas, ou seja, a governamentalidade como uma forma de analisar as artes de governar de uma racionalidade.

O corpus de pesquisa foi constituído a partir da análise das postagens junto ao perfil institucional do governo brasileiro no Instagram. A página @canalgov conta com 320 mil seguidores, sendo um canal oficial que transmite notícias e ações do Governo Federal. Ao analisar o conteúdo das postagens no perfil @canalgov, com foco no âmbito educacional, entre os meses de janeiro a março de 2024, a pesquisa buscou destacar as estratégias

discursivas empregadas pelo governo para promover suas políticas e ações, além de identificar os temas prioritários e a maneira como são apresentados ao público.

## ANÁLISES

Os discursos relacionados às diversas postagens no Instagram do @canalgov integram uma complexa rede formada por ideias de teor social, envolvendo assistência, igualdade e justiça. Tais discursos que, por vezes, se relacionam às políticas de inclusão, também são tomados pela lógica insidiosa de uma governamentalidade neoliberal dentro da qual as relações de inclusão carregam, por dentro, processos de exclusão. Nessa perspectiva, os processos de in/exclusão são compreendidos como dinâmicas sociais, políticas e econômicas que simultaneamente incluem e excluem indivíduos ou grupos. Lopes (2007) argumenta que inclusão e exclusão são designações contemporâneas que estabelecem formas de regulação, definindo quem é incluído e quem é excluído. A autora propõe o uso do termo in/exclusão, isto é, que os conceitos estejam interligados, visto que são "invenções completamente dependentes e necessárias uma para a outra" (LOPES, 2007, p. 11).

A partir da análise das publicações foi possível distinguir três categorias: a) Ênfase na inclusão de pessoas com deficiência. No material analisado destacam-se postagens que abordam o incentivo à entrada de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como a necessidade de uma formação educacional adequada para esse fim; acessibilidade em provas; implementação de cotas em concursos públicos e revisão das legislações já existentes para garantir os direitos dos estudantes com deficiência. Ademais, temos um investimento anunciado de 3 bilhões de reais para o plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Baseando-se na ideia de discurso em Foucault como práticas que produzem conhecimento e, nas relações saber-poder constituem verdades, moldam a realidade e regulam formas de pensar e agir na sociedade, pode-se conjecturar que as postagens destacam a inclusão de pessoas com deficiência, configurando um discurso governamental que define e promove o significado de "inclusão" e "direitos" para esse grupo específico. Ao ressaltar a importância de uma formação educacional adequada, acessibilidade em provas, cotas em concursos públicos e a revisão de legislações, o governo constrói um discurso de inclusão que não apenas reconhece a existência desse público, mas também estabelece normas sobre como essas pessoas devem ser integradas à sociedade. Além disso, o anúncio de um investimento de 3 bilhões de reais no plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva pode ser interpretado como uma técnica de governamentalidade que visa legitimar um viés inclusivo do governo. Ao alocar recursos financeiros, o governo reforça sua posição como garantidor dos direitos e do bem-estar da população, ao mesmo tempo em que constrói uma narrativa de progresso social. b) Processos de proteção da infância como direito. Destacamos como segunda categoria discursos que posicionam a criança como um sujeito de direito, sendo um desses direitos, a educação de qualidade. Observa-se nas postagens do canal medidas que vão na direção de proteger a infância, tais como o programa criado pelo Governo Federal que implementa escolas em Tempo Integral, que tem como objetivo a segurança das crianças e adolescentes; novas medidas e regras relacionadas ao ambiente escolar e redes sociais; estratégias para diminuir a evasão escolar; ainda, movimentos que visam a qualidade da formação das crianças em idade escolar, tal como a política Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que visa a cidadania digital, e a política intitulada Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que busca atingir 100% das crianças alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Os discursos sobre a infância

como um sujeito de direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação de qualidade, podem ser analisados como práticas que definem o que significa "infância" e "direitos", e que estabelecem normas e expectativas sobre como a sociedade deve proteger e educar as crianças. As postagens que promovem a educação em tempo integral, a segurança no ambiente escolar, a cidadania digital e a alfabetização universal posicionam a infância como uma fase que necessita de proteção e regulação. Esse discurso molda a percepção do papel do governo na garantia dos direitos das crianças, principalmente no campo educacional, ao mesmo tempo em que configura as crianças como sujeitos que precisam de orientação para se tornarem cidadãos produtivos e bem integrados à sociedade. As estratégias são observadas na forma como o governo implementa programas, a exemplo da cidadania digital das crianças, que não se restringe ao acesso à tecnologia, mas envolve constituir crianças para serem cidadãos responsáveis e engajados digitalmente, alinhando-se aos interesses do Estado em formar uma população produtiva. c) Incentivos e investimentos no Ensino Médio, Técnico e Tecnológico. Uma série de programas na área educacional tem sido prioridade do governo, promovendo tanto a conclusão dos estudos quanto a continuidade deles, por meio de apoio financeiro e estrutural. Destacam-se três programas: o Programa Desenrola da Educação, que visa a renegociação das dívidas estudantis, reduzindo os índices de inadimplência em até 90%; o Programa Pé de Meia, que consiste em uma bolsa no valor de 200 reais destinada aos estudantes do ensino médio matriculados na rede pública; e a criação de 100 novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), resultando em 140 mil novas vagas em cursos. Os discursos que promovem programas educacionais como o Programa Desenrola da Educação, o Programa Pé de Meia e a criação de novos Institutos Federais pode ser entendido como uma tentativa de construir uma narrativa sobre a realidade e o progresso educacional brasileiro, posicionando o Estado como um agente promotor da educação e do desenvolvimento tecnológico. Através desses programas, o governo enfatiza a importância da conclusão e continuidade dos estudos, apresentando-se como responsável por fornecer os meios necessários para que os jovens brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade e possam prosperar no mercado de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de formas de exercício de governo, nota-se que os discursos do Governo Federal brasileiro estão afinados a uma forma de governamentalidade que se coloca na busca pela inclusão educacional e social, ampliando suas redes. Ao oferecer suporte financeiro, o governo busca mitigar as desigualdades socioeconômicas, promovendo a educação como um direito e um dever. Contudo, apesar do discurso que enfatiza tais iniciativas, observa-se, por outro lado, desinvestimentos financeiros, como os cortes de verba anunciados.

Embora haja uma ênfase discursiva na promoção da inclusão de pessoas com deficiência, na proteção da infância e nos investimentos para facilitar a permanência e entrada de jovens em estudos técnicos, pouco tem se concretizado em termos de ações e investimentos. Isso reflete uma dinâmica condizente com os tempos atuais, em que a governamentalidade que se coloca democrática adota uma abordagem neoliberal de vida, que promove direitos, mas nem sempre considera o Estado como garantidor desses direitos e, de certa forma, enfatiza a responsabilidade individual.

Referências:

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INSTAGRAM. Canal Gov: @canalgov, Brasília, 2024.

LOPES, M. C.; DAL'LGNA, M. C. (Orgs.). *In/exclusão nas tramas da escola*. Canoas: Ulbra, 2007.